

SOBERANIA ALIMENTAR: direito dos povos

FOOD SOVEREIGNTY: peoples' right

Raul Miranda¹ 

RESUMO

O direito básico à alimentação é historicamente negado a grande parte da humanidade. O artigo pretende demonstrar que sua garantia depende de um forte e amplo enfrentamento às práticas e discursos dos agentes dominantes do sistema agroalimentar capitalista. Esse processo contra-hegemônico vem ocorrendo num terreno de lutas protagonizado pelos movimentos sociais que levantam a bandeira da soberania alimentar. Essa bandeira, além de garantir a segurança alimentar, proporciona o acúmulo de forças para a conquista dos direitos humanos em sua totalidade. A atuação dos povos latino-americanos tem mostrado o poder da agroecologia como um importante instrumento dessas lutas, ao possibilitar a condição digna de camponês autônomo diante da expropriação do capital. Por fim, o artigo argumenta sobre a necessidade de uma democratização do acesso à terra que garanta seu uso para a produção de alimentos saudáveis e a conservação de funções ecológicas, pois isso se mostra uma questão central não só para as populações rurais, mas para a sobrevivência da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Soberania alimentar, Movimentos sociais, Agroecologia, Direitos humanos, Campesinato.

ABSTRACT

The basic right to food is historically denied to a large part of humanity. This article intends to demonstrate that its guarantee depends on a strong and wide confrontation with the practices and discourses of the dominant agents of the capitalist agro-food system. This counter-hegemonic process has been taking place in a field of struggles led by social movements that raise the banner of food sovereignty. This flag, in addition to guaranteeing food security, provides the accumulation of forces for the conquest of human rights as a whole. The performance of Latin American peoples has shown the power of agroecology as an important instrument of these struggles, by enabling the dignified condition of an autonomous peasant in the face of the expropriation of capital. Finally, the article argues about the need for a democratization of access to land that guarantees its use for the production of healthy food and the conservation of ecological functions, as this proves to be a central issue not only for rural populations, but for the survival of the working class.

Keywords: Food sovereignty, Social movements, Agroecology, Human rights, Peasantry.

¹ UNESP

Autor Correspondente: Raul Miranda
E-mail: raul.almiranda@gmail.com

Recebido em 14 de agosto de 2020 | Aceito em 09 de março de 2021.

Introdução

Na 1ª Conferência Mundial da Alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em 1974, a alimentação foi considerada um direito humano básico, e os governos se comprometeram em erradicar a fome em uma década (Desmarais, 2007/2013). Em 1996, a mesma cúpula se reuniu e estabeleceu a meta de reduzir o número de pessoas subnutridas para não mais do que 420 milhões até 2015 (FAO, 1996). As estratégias traçadas para atingir tal objetivo se estruturaram em dois eixos: intensificação da modernização da agricultura e liberalização do comércio mundial de alimentos (Desmarais, 2007/2013). Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cerca de 820 milhões de pessoas em todo o mundo não tiveram acesso suficiente a alimentos em 2018 (FAO, FIDA, OMS, PMA & UNICEF, 2019). Esse organismo da ONU, como bem assinalam Stédile e Carvalho (2011), ajuda a denunciar os problemas da fome, porém não tem forças para combater o interesse em altos lucros por parte das grandes corporações agroindustriais. Os mesmos autores afirmam que: “Nunca antes na humanidade tão poucas empresas oligopolizaram o mercado, atuando a nível internacional e tiveram tanto controle sobre a produção e comércio de produtos alimentícios como agora” (Stédile & Carvalho, 2011).

Para os Estados Unidos e suas organizações mercenárias – a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) –, o direito à alimentação é uma aberração. Para eles, direitos humanos são apenas os civis e os políticos. Atrás da OMC, do FMI e do BM, perfilam-se o governo de Washington e seus aliados tradicionais – em primeiro lugar, as gigantescas sociedades transcontinentais privadas. O controle crescente que essas sociedades exercem sobre vários setores da produção e do comércio alimentares tem, obviamente, repercussões consideráveis no exercício do direito à alimentação (Ziegler, 2011/2013).

A história da América Latina e do Caribe é uma história de violação de direitos humanos onde o território rural é palco de um longo processo de exploração por parte do capital. Não somente os trabalhadores dessa região sofreram por conta desse processo, mas também muitos dos ecossistemas (Trivelli & Berdegué, 2019). Nas décadas recentes, as políticas neoliberais abriram caminho para a atuação das corporações transnacionais que, sobretudo após a crise de 2008, passaram avidamente a buscar novas oportunidades de investimento, levando o capital financeiro a avançar e se estabelecer nos países capitalistas periféricos, com interesse especial sobre a mercantilização de seus recursos naturais (Rosset & Martínez-Torres,

2012). Nesse contexto, as corporações do agronegócio são agentes que têm intensificado sua influência coercitiva sobre os Estados de países da periferia do sistema capitalista, ocasionando conflitos em territórios rurais com populações camponesas, indígenas e quilombolas.

Os direitos humanos se colocam no cerne de uma tensão entre Estado e sociedade civil, já que ao mesmo tempo que os movimentos sociais concebem o Estado como violador de tais direitos, pressupõem que ele seja seu principal garantidor (Santos, 1997). Essa tensão não é de fácil solução, mas é a partir da prática e do discurso pautados pelos movimentos sociais que a sociedade pode cultivar esperança em avançar na garantia de direitos humanos. A reflexão sobre a luta por soberania alimentar sob essa perspectiva é um dever coletivo importante para a efetivação de uma reconfiguração sociopolítica de caráter anticapitalista, sem a qual nunca se alcançará a emancipação humana.

Paradigmas em confronto

Nos países de capitalismo dependente, a modernização da agricultura alterou substancialmente a relação da sociedade com a cadeia de produção e consumo de alimentos. Com a evolução do sistema industrial moderno de alimentação, a produção se desvinculou do consumo, permitindo que novos agentes controlassem os diferentes estágios da produção e que nesse processo a autonomia dos agricultores fosse destruída, na medida em que eles se tornaram dependentes das corporações do agronegócio (Desmarais, 2007/2013). Assim se estabeleceu uma desigual correlação de forças em que a agricultura empresarial capitalista mantém sua hegemonia nos planos político, econômico e ideológico (Caporal & Petersen, 2012).

No Brasil, assim como em outros países da periferia do capitalismo, o processo de urbanização subordinou a agricultura à indústria, fazendo com que o campo exercesse o papel de fornecedor de matérias-primas e receptor de produtos industrializados como os agrotóxicos, fertilizantes, sementes modificadas e máquinas agrícolas (Fernandes, Welch & Gonçalves, 2014). A modernização do campo brasileiro, patrocinada pelo governo ditatorial das décadas de 1960 e 1970, agravou os problemas que afetam o campesinato ao reforçar a concentração fundiária e recorrer a métodos violentos de controle social (Moura, 2000). “A violência é uma arma permanente da qual se recorrem os latifundiários. Ela vai da destruição de roças, invasão de lares, tortura no trabalho, estupro de camponesas, intimidação e assassinatos individuais ou de grupos de trabalhadores no campo.” (Moura, 2000, p. 92).

Além desse poder coercitivo, houve um esforço de convencimento por parte da burguesia agrária – intensificado no contexto da globalização neoliberal – sobre a suposta necessidade de domínio desse modelo, processo classificado por Carvalho (2014, p. 21) como “culto apologético do agronegócio”, acompanhado da negação do modo de produção camponês. O modelo de desenvolvimento dominante, então, aniquilou as possibilidades de reprodução social do campesinato no território rural, sendo decisivo para os problemas estruturais presentes no território urbano brasileiro, sobretudo das grandes metrópoles.

Fernandes (2009/2015, p. 196) aponta que a produção espacial e territorial se estrutura “por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e sociedade”. Numa mesma linha de compreensão, Harvey (2000/2004) assegura que a força do movimento da classe trabalhadora depende do avanço em aprender a controlar e produzir espaço e a moldar uma nova geografia da produção e das relações sociais. Pelo fato de o território ser multidimensional, estabelecem-se disputas em múltiplas esferas (econômica, política, cultural e ideológica), sendo que as condições das conflitualidades são construídas pelos sujeitos – nos planos material e imaterial – em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si (Fernandes, 2009/2015) Tendo isso em vista, se mostra crucial a afirmação de Harvey (2000/2004, p. 292) a respeito da necessidade da organização de “um projeto de classe igualmente forte de prevenção e redução do risco, de recuperação e controle de recursos, em que a classe trabalhadora, os destituídos e os marginalizados assumam um papel de liderança.”

A abordagem histórico-geográfica desenvolvida por Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), baseada no estudo das conflitualidades do Brasil agrário, estabelece dois paradigmas opostos, ou, conforme os autores, duas visões de mundo cujos interesses, ideologias e determinações se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida a luta de classes na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses, argumentando que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo (Fernandes et. al. 2014). Já o paradigma do capitalismo agrário define que as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e podem ser eliminadas por meio de políticas que possibilitem a integração do campesinato ao mercado capitalista, compondo um único modelo de desenvolvimento (Fernandes et. al. 2014).

A agricultura capitalista cria maneiras de subordinar a agricultura familiar à sua dinâmica de acumulação ao incorporar esses trabalhadores à sua estrutura de mercado (Bernstein, 2010/2011). O agronegócio tem um padrão centralizado baseado em corporações produtoras de insumos, sementes modificadas e máquinas, desconectadas do contexto local de produção (Rosset & Martínez-Torres, 2012). Por outro lado, a agricultura camponesa se baseia em circuitos curtos e descentralizados de produção e consumo, com forte conexão com o ecossistema local e suas relações sociais (Ploeg, 2013/2016).

A ocupação de terras improdutivas, frequentemente degradadas (Rosset & Martínez-Torres, 2012), por organizações de camponeses sem-terra representa uma forma rebelde e organizada de enfrentamento aos agentes do sistema agroalimentar hegemônico, possibilitando tanto a construção de uma alternativa que traz muito mais benefícios sociais e ecológicos a nível local quanto o acúmulo de forças numa escala maior em direção à soberania alimentar. Rosset e Martínez-Torres (2012) ressaltam o fato de o agronegócio buscar terras improdutivas para torná-las produtoras de commodities para exportação, reproduzindo mecanismos de concentração de terra e capital – a nível internacional – e de degradação ambiental.

À medida que a quantidade de terras ociosas diminui, os sem-terra ficam apenas com a opção de ocupar as terras produtivas do agronegócio. Como resultado, eles tiveram que reformular seus argumentos enquanto buscavam o apoio da opinião pública. Agora, eles fazem isso contrastando o deserto ecológico e social das plantações de agronegócios (como desertos verdes) com uma visão pastoral de terras camponesas agroecologicamente cultivadas, conservando a biodiversidade, mantendo famílias no campo e produzindo alimentos saudáveis para os mercados locais (soberania alimentar). (Rosset & Martínez-Torres, 2012, p. 4, tradução do autor).

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já discute o conceito de terra produtiva há muito tempo, trabalhando no sentido de convencer a sociedade de que terra produtiva é aquela que cumpre uma função social e produz alimentos para o povo (Buzetto, 1999).

Soberania alimentar e movimentos sociais

Altieri e Nicholls (2010) ressaltam que o desenvolvimento da agricultura sustentável requer mudanças estruturais significativas, impossíveis de serem realizadas sem a luta dos movimentos sociais. É por isso que movimentos

de camponeses, indígenas e quilombolas estão ativamente defendendo seus territórios contra o agronegócio, este último compreendido enquanto o conjunto do setor privado e seus aliados nos governos (Rosset & Martínez-Torres, 2012). Os agentes do agronegócio e os movimentos sociais do campo estão, portanto, constantemente em disputa pela configuração do espaço para favorecer seus interesses (Rosset & Martínez-Torres, 2012). De um lado do conflito está a máxima margem de lucro baseada na exploração e de outro a construção de comunidades resistentes e soberanas.

A Via Campesina é um movimento internacional que abrange organizações de camponeses, agricultores de pequena e média escala, mulheres rurais, trabalhadores agrícolas e comunidades indígenas da Ásia, Américas, Europa e África (Desmarais, 2008). De maneira sintética, o movimento compreende a soberania alimentar como o direito dos povos de definir suas políticas agrícola e alimentar (LVC, 1996). De acordo com a Via Campesina, a luta é em torno de dois modelos diametralmente opostos de desenvolvimento social e econômico: por um lado, a agricultura é vista exclusivamente como um empreendimento lucrativo, cujos recursos estão sob controle de poucas corporações; por outro lado, a agricultura é centrada no trabalho de base camponesa, que por sua vez depende de recursos locais e é voltado para mercados domésticos (Desmarais, 2013).

O objetivo principal da Via Campesina é construir um modelo de agricultura radicalmente diferente, baseado no conceito de soberania alimentar. O movimento camponês acredita que isso só pode ser feito construindo unidade e solidariedade entre a grande diversidade de organizações camponesas e de agricultores de todo o mundo. (Desmarais, 2013, p. 30).

O processo de luta por soberania alimentar protagonizado por movimentos sociais é fundamental para a garantia de direitos humanos aos povos latino-americanos. A construção de modelos de desenvolvimento territorial orientados para avançar nessa luta se mostram extremamente relevantes, pois a relação dialética entre sociedade e espaço (Soja, 1980) é central na disputa por hegemonia entre diferentes paradigmas e interesses de classes antagônicas.

Os mercados de alimentos e produtos agrícolas estão progressivamente expostos às consequências de crises econômicas e financeiras, por isso muitos camponeses estão ativamente procurando e colocando em prática adaptações, mudanças, novas abordagens e padrões alternativos de cooperação (Ploeg, 2013/2016). Como bem

aponta Saquet (2017), diante dos processos de globalização é necessária a recondução de determinados fluxos à lógica local, das relações humanas, onde o sentido de pertencimento é vital para se envolver, mobilizar, lutar e resistir.

Aí entra o papel dos movimentos sociais latino-americanos que compreendem que o desmantelamento do modelo agroalimentar industrial e a restauração local de sistemas alimentares devem ser acompanhados pela construção de alternativas que atendem às necessidades de pequenos produtores e consumidores de baixa renda, opondo-se ao controle corporativo sobre produção e consumo (Altieri & Nicholls, 2010). Por isso a soberania alimentar de uma região se expressa na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e novos mercados inseridos em estruturas normativas compartilhadas por produtores e consumidores (Caporal & Costa-beber, 2002; Ploeg, 2013/2016).

No Brasil, os movimentos sociais rurais buscam resgatar a condição de camponês autônomo diante da expropriação do latifúndio (Felicio, 2006). Um dos movimentos mais expressivos desse campo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em razão de seu êxito de ação diretiva coletiva por meio da conscientização de seus militantes e do estabelecimento de economias locais (Desmarais, 2007/2013). Devido a esse poder construído ao longo de mais de trinta anos, o MST é Coordenador Regional para a América Latina da Via Campesina. A luta do movimento é uma luta contra a política econômica vigente, afirmando o direito de construir uma nova forma de organização da produção e uma nova sociedade verdadeiramente livre, humana e solidária (Buzetto, 1999).

Uma das maiores notoriedades da Via Campesina é sua competência em integrar organizações em contextos políticos, culturais, econômicos e sociais particulares, estabelecendo unidade dentro dessa diversidade (Desmarais, 2007/2013). As reflexões feitas por Santos (1997) nos permitem caracterizar essa atuação enquanto uma globalização de-baixo-para-cima, na qual se manifestam fenômenos transnacionais poderosos em defesa de uma política contra hegemônica de direitos humanos. Assim é possível a construção de um caminho para a emancipação social que tenha âmbito mundial e legitimidade local, facilitando o equacionamento da tensão entre os Estados-nação e a sociedade civil global (Santos, 1997). A partir desse diálogo intercultural se pauta a soberania alimentar enquanto um direito dos povos.

Agroecologia: instrumento de luta

Caporal (2009/2013) afirma que o modelo de agricultura hegemônico baseado no cultivo em monoculturas apresenta evidentes riscos para a segurança alimentar, agrava os quadros de degradação ambiental e é altamente dependente do uso de agrotóxicos e de fontes não renováveis de energia. Por isso tem havido uma crescente consciência da necessidade de se projetar um modelo orientado pela transição agroecológica, que é capaz de conservar o meio ambiente, preservar as culturas locais e a biodiversidade associada e promover a soberania alimentar e as múltiplas funções da agricultura camponesa (Altieri & Nicholls, 2010).

Segundo Altieri (1989/2012), as bases científicas da Agroecologia abarcam um entendimento dos níveis ecológicos e sociais de coevolução, estrutura e funcionamento dos agroecossistemas. Assim, os princípios da agroecologia proporcionam a intensificação da ciclagem de nutrientes e de matéria orgânica, a otimização dos fluxos de energia, a conservação da água e do solo e o equilíbrio das populações de pragas e inimigos naturais. Enfatiza-se também que o desenvolvimento de metodologias que sirvam às bases agroecológicas valoriza a participação dos agricultores, o conhecimento tradicional e a adaptação da atividade agrícola às necessidades locais (Altieri, 1989/2012).

Além de ser um enfoque científico que reúne vários campos de conhecimento, incluindo os saberes populares (Caporal & Costabeber, 2002), a agroecologia é compreendida como um movimento político, científico e cultural substantivado por práticas de desenvolvimento de base camponesa e local (Saquet, 2017) e como uma relação homem-natureza inserida no âmbito geral de uma concepção de mundo diferente da que define os valores da empresa capitalista de produção (Carvalho, 2014).

Portanto, compreendida em sua totalidade, a agroecologia apresenta um potencial político transformador, agregando diferentes categorias e grupos sociais e mobilizando-os no sentido da sua afirmação enquanto aspiração geral a outra forma de desenvolvimento (Almeida, 2002). Por isso tem desempenhado um papel cada vez mais central para os movimentos camponeses. Rosset e Martínez-Torres (2012) demonstram que as organizações que formam a Via Campesina compartilham a visão de que a agroecologia é uma ferramenta para a transformação das realidades rurais por meio da ação coletiva e um alicerce da luta por soberania alimentar.

Considerações finais

A bandeira da segurança alimentar, há anos levantada por inúmeras organizações preocupadas com a defesa dos direitos humanos, é insuficiente para combater a fome no mundo. Sua proposta de garantir alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente a todos, se não estiver alinhada com a luta por soberania alimentar, não se concretizará. Essa compreensão serve de guia para as mentes e os corpos das pessoas que confrontam o agro-negócio na América Latina, que hasteiam a bandeira da soberania alimentar e carregam a segurança alimentar para o terreno da luta de classes, possibilitando assim o acúmulo de forças para a garantia de direitos humanos em sua totalidade.

A democratização do acesso à terra é imprescindível para o avanço dessa luta, e a privação do seu acesso como meio de trabalho e de reprodução de uma vida digna exige um enfrentamento cada vez mais complexo. A necessidade de garantir o uso da terra para a produção de alimentos saudáveis, conservando suas funções ecológicas, se mostra uma questão central não só para as populações rurais, mas para a sobrevivência da classe trabalhadora. Nesse sentido, atribuir um valor de uso emancipatório à terra passa pela aplicação de princípios agroecológicos.

É de fundamental importância a aliança entre conhecimento técnico, pensamento crítico e prática transformadora para a construção de formas contra-hegemônicas de organização e trabalho, assim como de modelos de desenvolvimento que sejam pautados na garantia de direitos humanos. O papel que a agroecologia desempenha na atuação dos movimentos sociais rurais é prova disso, e somente com o protagonismo destes movimentos que se alcançará a emancipação humana que os povos latino-americanos lutam há tanto tempo para conquistar.

Referências

- Almeida, J. (2002). Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 29-40. Recuperado de: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22126>
- Altieri, M.; Nicholls, C. (2008). Scaling up Agroecological Approaches for Food Sovereignty in Latin America. *Development* 51(4), p. 472-480. doi: 10.1057/dev.2008.68
- Altieri, M. (1989/2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA.

- Bernstein, H. (2010/2011). *Class dynamics of agrarian change* [Dinâmicas de classe da mudança agrária] (B. Medina, Trad.) São Paulo: Editora Unesp.
- Buzetto, M. (1999). Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 6, p. 137-149. Recuperado de: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v6_artigo_buzetto.pdf
- Caporal, F. R. & Costabeber, J. A. (2002). Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85. Recuperado de: http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n3/revista11_artigo3.pdf
- Caporal, F. R. & Petersen, P. (2012). Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. *Agroecologia* 6: p. 63-74. Recuperado de: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160681/140551>
- Caporal, F. R. (2009/2013). Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: Sauer, S. & Balestro, M. V. (Org.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Carvalho, H. M. (2014). As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. In: Caldart, R. & Alentejano, P. (Org.) *MST, universidade e pesquisa*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Desmarais, A. A. (2008). The power of peasants: Reflections on the meanings of La Vía Campesina. *Journal of Rural Studies* 24, p. 138-149. Recuperado de: https://www.academia.edu/8812375/The_power_of_peasants_Reflections_on_the_meanings_of_La_V%C3%ADa_Campesina
- Desmarais, A. A. (2007/2013) *La Vía Campesina: globalization and the power of peasants* [A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato] (C. A. Soares, Trad.). 2.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular.
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). (1996). *Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação*. Roma, 13-17 nov.
- FAO, FIDA, OMS, PMA & UNICEF. (2019). *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía*. Roma, FAO.
- Felício, M. J. (2006). Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. *Geografia* - v. 15, n. 1. doi: 10.5433/2447-1747.2006v15n1p205
- Fernandes, B. M., Welch, C. A. & Gonçalves, E. C. (2014). *Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco.
- Fernandes, B. M. (2009/2015). Sobre a tipologia de territórios. In: Saquet, M. A. & Sposito, E. S. (Org.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- Harvey, D. (2000/2004). *Spaces of Hope* [Espaços de Esperança] (A. U. Sobral & M. S. Gonçalves, Trad.). São Paulo: Edições Loyola.
- La Vía Campesina (LVC). (1996). The Right to Produce and Access to Land. *Position of the Vía Campesina on Food Sovereignty presented at the World Food Summit*. Rome. 13-17 November.
- Moura, C. (2000). Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular.
- Ploeg, J. D. (2013/2016). *Peasants and the Art of Farming: A Chayanovian Manifesto* [Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano] (C. Freire, Trad.). 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS.
- Rosset, P. M. & Martínez-Torres, M. E. (2012). Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. *Ecology and Society*. 17(3): 17. doi: 10.5751/ES-05000-170317
- Santos, B. S. (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, p. 11-32. Recuperado de: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF
- Saquet, M. A. (2017). *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- Soja, E. W. (1980). The socio-spatial dialectic. *Annals of the Association of the American Geographers*, Oxford, v. 70, n. 2, p. 207-225. doi: 10.1111/j.1467-8306.1980.tb01308.x
- Stédile, J. P. & Carvalho, H. M. (2011, 25 de março). Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. *EcoDebate: Site de informações, artigos e notícias socioambientais*. Recuperado de: <https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>
- Trivelli, C. & Berdegú, J.A. (2019). *Transformación rural. Pensando el futuro de América Latina y el Caribe*. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, No. 1. Santiago de Chile. FAO.
- Zeigler, J. (2011/2013). *Destruction massive: géopolitique de la faim* [Destruição em massa: geopolítica da fome] (J. P. Netto, Trad.). 1 ed. São Paulo: Cortez.